

“Pacote 51”

não atingiu resultado

O programa de ajuste fiscal anunciado pelo Governo um ano atrás, que ficou conhecido como “pacote 51”, representou uma economia de R\$ 22,04 bilhões, segundo levantamento elaborado pelo Ministério da Fazenda. É um valor maior do que o inicialmente previsto, que era R\$ 19,7 bilhões. No entanto, mesmo essa economia significativa - que é quase do mesmo valor do Programa de Estabilização Fiscal anunciado semana passada, de R\$ 28 bilhões - não foi capaz de brechar o processo de deterioração das contas públicas.

Por causa disso, neste ano o Governo foi obrigado a anunciar, ao lado de mudanças estruturais nas contas públicas, novas medidas de caráter emergencial no programa divulgado na última quarta-feira. Entre elas, figuram as mais amargas, como a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38% e o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos.

Gastos

Os dados referentes ao período de janeiro a agosto, divulgados pela Secretaria de Política Econômica, explicam por que a situação fiscal deteriorou-se: simplesmente porque o Governo gastou mais. Nos primeiros oito meses do ano, as despesas do governo central, que engloba o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) somaram R\$ 97,7 bilhões. No ano passado, no mesmo período, esses gastos haviam somado R\$ 82,9 bilhões. O aumento foi, portanto, de 17,8%.

O estrago só não foi maior porque, ao mesmo tempo em que as despesas aumentaram, também houve crescimento das receitas. De janeiro a agosto, a arrecadação foi de R\$ 122,8 bilhões, contra R\$ 102,1 bilhão em igual período de 97. Foi um crescimento de 20,3%.

A equipe econômica sentiu na pele as consequências desse ajuste fiscal feito apenas pelo lado das receitas. Uma das principais preocupações dos estrategistas do Programa de Estabilização Fiscal foi justamente como conferir-lhe credibilidade. Em entrevista recente, o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros, admitiu que o Governo não havia feito sua lição de casa, mesmo depois que a crise financeira internacional havia mostrado sua face, em setembro de 97. Por isso, o programa anunciado na última quarta-feira precisaria ser forte e significativo.

Corte

No pacote 51, o Governo prometeu um corte de 15% em suas despesas de custeio e de 6% nos gastos em investimento, neste ano. O levantamento feito pelo Ministério da Fazenda mostra que a economia pretendida era de R\$ 2,2 bilhões, mas acabou ficando em R\$ 4,12 bilhões. Esse corte, porém, foi efetuado sobre uma programação de despesas - o que, segundo o economista Raul Velloso, é o mesmo que cortar vento.

Essa programação era maior do que o que o Governo havia gastado em 97. Por isso, mesmo fazendo um corte dessa magnitude, o Governo gastou R\$ 5,3 bilhões em custeio e investimento a mais, entre janeiro e agosto de 98, do que em igual período de 97.

O pacote 51 havia indicado medidas simples, como a revisão dos contratos do Governo com seus fornecedores, com o objetivo de reduzir os preços em 20%. A economia pretendida era de R\$ 580 milhões neste ano. O Ministério da Saúde, por exemplo, tem feito sua parte. O Governo, porém, não sabe

dizer em quanto conseguiu reduzir suas despesas nesse item.

Pessoal

O Governo também não cumpriu sua promessa de reduzir gastos com folha de pagamentos, conforme admite o próprio levantamento feito pelo Ministério da Fazenda. A redução pretendida na folha de pagamentos era de R\$ 1,75 bilhão, mas a economia efetiva foi zero. Na verdade, os gastos com pessoal também aumentaram neste ano. Eles somaram R\$ 31,3 bilhões entre janeiro e agosto, enquanto no ano passado as despesas nessa rubrica haviam ficado em R\$ 27 bilhões - houve, portanto, um acréscimo de R\$ 4,3 bilhões.

Esse aumento pode ser explicado a partir do crescimento dos gastos com funcionários públicos aposentados, que são pagos com recursos do Tesouro Nacional, e também pela aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que mandou o Governo pagar um reajuste de 28,84% a um grupo de servidores públicos. A decisão foi estendida aos demais.

Se não pôde evitar eventos que elevaram seus gastos com folha de pessoal, o Governo também não agiu onde poderia. No pacote 51, estava prevista a redução de 10% do número de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS). A medida, segundo o levantamento do Ministério da Fazenda, está “em exame na Casa Civil”, um ano depois de prometida.

Da mesma forma, em 98, o Governo poupou-se do desgaste de demitir 33 mil servidores públicos não protegidos pela estabilidade garantida pela Constituição. A promessa foi feita no calor da crise asiática do final do ano passado. Uma economia pequena, de R\$ 70 milhões, foi obtida com a retirada, da folha de pagamentos, de inativos que não se cadastraram. Outros R\$ 70 milhões foram poupadados com a suspensão das contratações temporárias.

Contrário

Em alguns casos, o Governo seguiu o caminho contrário do indicado no pacote 51. Foi prometida, por exemplo, a “redução da estrutura dos ministérios”, em novembro do ano passado. Um ano depois, a estrutura do Executivo tem um ministério a mais (o das Reformas Institucionais), prepara-se para criar outro (o da Produção) e, além disso, pretende transformar a Secretaria da Receita Federal em autarquia - ou seja, em vez de ser uma divisão do Ministério da Fazenda, ela passará a ter independência na gestão de seus recursos.

O pacote 51 não conseguiu escapar da sinal dos demais pacotes econômicos, e limitou-se a fazer o ajuste fiscal aumentando a tributação, sobretudo sobre a classe média. A elevação de 25% para 27,5% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) rendeu R\$ 650 milhões a mais para os cofres públicos. O aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis e bebidas engordou as receitas em R\$ 320 milhões e o aumento da taxa de embarque, outros R\$ 200 milhões. O aumento nos preços dos combustíveis rendeu mais R\$ 1,2 bilhão ao Governo.

Não foi implementada, porém, a obrigatoriedade de os bancos oficiais recolherem 100% de dividendos ao seu controlador, o Tesouro Nacional - uma medida que renderia R\$ 1,3 bilhão, de acordo com as previsões. Também foi deixada de lado a ideia de cobrar a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) dos bancos.